

Estratégias da formação humana para o consenso

Cezar Luiz de Mari
Professor da UFVJM/MG
E-mail: cezardemari@uol.com.br

Marlene Grade
Professora da UFOP/MG
E-mail: mcmarlene@uol.com.br

Resumo¹

Este artigo trata de algumas indicações do Banco Mundial sobre a formação humana, pinçadas de documentos oficiais e discursos do presidente da Agência, James Wolfensohn, entre os anos 1995 e 2005. À educação está reservado um papel especial de produção de consenso social, diante dos riscos postos pelo aumento da pobreza global. Compreende-se, aqui, a formação no seu amplo aspecto, vertido pelos discursos oficiais como formação para a cidadania, para o aprender a aprender e para a adaptabilidade. Concluímos que a produção do consenso compõe a estratégia internacional para a manutenção da assimetria entre os países centrais e periféricos e, em última análise, para o equilíbrio necessário à governança global diante das contradições sociais. Para tanto, se faz necessário uma reforma no “pensamento prevalente”, isto proposto entre outras alternativas, via reformas educacionais.

Palavras-chave: Formação Humana; Consenso; Pobreza; Reforma Educacional; Banco Mundial.

1. Introdução

Este estudo procura abordar os discursos sobre a pobreza produzidos durante o período (1995-2005) - em que James Wolfensohn esteve à frente do Banco Mundial (BM) -, articulados com as orientações para a formação humana vindas deste mesmo Banco. Foi um dos mais ativos presidentes desta Agência, nas últimas décadas, e com sua liderança inseriu na agenda Banco Mundial o debate sobre a pobreza. A pesquisa está baseada nos discursos anuais do presidente e também em documentos oficiais produzidos pela Agência, especialmente os documentos: *La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia* (1995), *Educación superior en los países en desarrollo: peligro y promesas* (2000a) e *Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciária* (2003a). Partimos dessa base empírica para demonstrar que as formulações sobre a pobreza se estruturam articuladas com os processos de implementação de políticas neoliberais nos países periféricos, objetivando reformas no Estado, tornando-o mais flexível à entrada de capital internacional. Neste artigo enfocamos mais detidamente a reforma na educação superior e seu lugar estratégico na formação humana para o consenso.

Concluímos que esses discursos acompanham decisões políticas nos países periféricos e produzem efeitos reformistas, com impactos sobre os direitos sociais. Compreendemos que o problema da pobreza, em razão dos processos tendenciais de exclusão característicos do capitalismo, emerge nas formas discursivas como sendo fruto de responsabilidades individuais, administrações incapazes,

¹ Artigo editado na Revista Educação e Universidade, Brasília: ANDES/SN, 2009.

subdesenvolvimento e outros. Essa é a inversão apresentada nas formulações do Banco Mundial e de seu presidente, ao referir o problema dos desequilíbrios sociais à pobreza.

É importante observar que o discurso da *Agência* fortalece o caráter ideológico da pobreza como algo estranho às relações históricas entre países centrais e periféricos. Com esses argumentos justifica o processo de abertura de mercado e a suposta contribuição dos países clientes para a democracia. A estratégia ideológica é elaborada à medida que o Banco entra em cena como “protetor dos pobres”, porém, tendo como razão final a barganha nas negociações de reformas e controle da segurança geopolítica.

A pauta dos valores da democracia liberal no Banco Mundial (2000a) surge coroando uma série de manifestações de James Wolfensohn sobre o risco de instabilidade política, decorrente do aumento da pobreza no planeta, pressionado que foi pelas reações da sociedade civil contra a globalização e o capitalismo, manifestadas em intensos questionamentos aos projetos do grupo dos oito países mais ricos, o G8². Essa construção conceitual subsidia a argumentação sobre a necessidade das reformas na educação superior, cumprindo, segundo o discurso, um papel fundamental no tocante à produção de uma cultura democrática, de cidadania, de respeito aos valores culturais, religiosos, de raça e de cor, fortalecendo a sociedade civil e a meritocracia. A universidade constituir-se-ia como espaço privilegiado da liberdade, podendo contribuir eficazmente com a tarefa da investigação e interpretação das questões éticas, morais, políticas, e com a cidadania ilustrada, traços determinantes de qualquer democracia liberal. A reforma, por sua vez, dependeria do conjunto de parcerias que viriam a se somar aos processos de aproximação entre democracia, ciência, tecnologia e conhecimentos. Vemos, nos mecanismos de reformas, a estratégia de formação humana para o consenso, cujo fim é a perpetuação do sistema liberal.

2. A administração de James Wolfensohn: mudar para manter

A escolha do presidente Wolfensohn, em junho de 1995, para a direção do Banco Mundial teve forte influência nas mudanças dos discursos da *Agência*, quando comparados com a atuação histórica da instituição. Os novos discursos não implicaram mudanças decisivas na estrutura global de desenvolvimento, mas ao que tudo indica, a reorientação estratégica fora empreendida em função das críticas, que partiram da sociedade civil, sobre a atuação do Banco nas décadas precedentes.

O que ocasionou a mudança de discurso?³ Na perspectiva de Wolfensohn (2001), o Banco precisava aproximar-se dos clientes, porém só o faria reorganizando sua estrutura de atuação. A ação correspondente para solucionar essa problemática foi a criação da estrutura de informação, via *WEB*⁴, que disponibilizou dados e documentos sobre a atuação do Banco, em todo o mundo, para qualquer usuário que desejasse conhecê-los. Juntamente com o projeto da *WEB*, Wolfensohn (2001) apresentou a

proposição de reforma da estrutura gerencial dos programas da *Agência*, espalhados por todos os continentes. Entre as modificações propostas encontra-se a descentralização operacional, que permitiu aos funcionários atuarem dentro dos países clientes por meio de agências ali instaladas.

Segundo o *Grupo del Banco Mundial* (2001)⁵, com a Presidência de Wolfensohn, a mudança de discurso tem como temática central a redução da pobreza. As críticas, segundo o texto, procedem de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, que, ao exigirem uma face mais humana da *Agência*, contribuem para a incorporação do discurso sobre a pobreza. Soma-se a esse fato a elaboração de relatório interno pelo economista do Banco, Willi Wapenhams, conhecido como *Informe Wapenhams* (1992), que aponta a cifra de 37% de fracassos nos projetos orientados pelo Banco. Também o *Relatório de Allan Meltzer* (2000b) revela que 70% dos investimentos do Banco vão para países não pobres.

Outras críticas internas e dissidências, como a do economista-chefe Joseph Stiglitz, em novembro de 1999, e do vice-presidente Ravi Kanbur, Chefe de Redação de Informes sobre o Desenvolvimento Mundial, em junho de 2000, evidenciaram as contradições das políticas do BM e motivaram mudanças na imagem do mesmo. Podemos conferir em Fiori (2001) e Campodónico (2004) que a saída de ambos do Banco deveu-se a posições econômicas divergentes, resultantes das pressões do FMI. A crise da economia asiática, em 1997, ameaçava o sistema financeiro internacional e deflagrou um processo de intervenção do FMI, dos governos dos Estados Unidos e da União Européia, investindo mais de 117 milhões de dólares nessa economia, apenas naquele ano. A contradição entre o discurso de alívio à pobreza e o investimento em países ricos ficava mais uma vez explícita. O estopim que ocasionou a renúncia de Joseph Stiglitz foi esse. A renúncia de Kanbur ocorreu pelos mesmos motivos. Ao redigir o *Informe del Desarrollo Mundial* (2000c) questionou a ortodoxia econômica, orientadora das políticas de ajustes estruturais para países periféricos, e propôs maior aproximação entre crescimento e equidade de oportunidades para as políticas de desenvolvimento.

Ambos os economistas citados se confrontavam com a corrente econômica hegemônica dentro da *Agência*, elaborada no *Consenso de Washington*, que se orienta pelos princípios do livre mercado e por ajustes neoliberais como caminho de crescimento econômico, desenvolvimento e bem estar social. Wolfensohn, ao escolher Stiglitz, aproximava-se da corrente econômica do BM que conjuga crescimento econômico com políticas exógenas para alívio à pobreza. Stiglitz procurou inaugurar um “novo consenso” ou “Pós-consenso de Washington”, baseado nos princípios da economia sustentável. De acordo com Fiori (2001, p. 89):

a palavra chave do “novo consenso” deveria ser, segundo Stiglitz: sustentabilidade, democracia e equidade. E a nova estratégia deveria começar por uma redefinição completa do papel do Estado e dos governos como agentes reguladores e co-responsáveis pelo provimento de infra-estrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Esse “novo consenso”, conforme Fiori (2001) e Campodónico (2004), não supera as premissas econômicas do “velho consenso”, isto é, ele constitui o reconhecimento de que a “mão invisível do mercado” não é suficiente para estancar o crescimento da pobreza. A opção de Wolfensohn foi de um caminho menos ortodoxo para implementação da política de investimento em capital humano (educação e saúde), revestido de uma feição mais humanizada, sem romper com os princípios, mas apenas com a ortodoxia da operação. Para tanto, Wolfensohn (1998, p.3) decreta o início de “novo consenso” em seu discurso anual: “em Santiago, depois de um dia e meio de conversações, se estabeleceu claramente que o Consenso de Washington já havia acabado e que se necessitava de um consenso de Santiago”⁶. Decretar a superação do “velho consenso” não foi suficiente para neutralizar a hegemonia das políticas neoliberais.

A análise feita por Stiglitz sobre os efeitos perversos dos receituários econômicos, sociais e políticos recomendadas pelo *Consenso de Washington* estava correta, porém, segundo Fiori (2001, p. 90), “[Stiglitz] negligencia o papel da distribuição desigual do poder e da concentração internacional do capital no bloqueio do crescimento e na fragilização das democracias dos países mais atrasados”. Essa dualidade entre diagnóstico e operacionalização será a tônica da gestão do presidente James Wolfensohn. Apesar das insatisfações com o pensamento hegemônico das políticas coordenadas pelo BM, ele continua dominando o cenário das políticas econômicas internacionais. Os discursos de Wolfensohn, em defesa das políticas da “economia sustentável”, soam dúbios quando, na prática, a política do Tesouro dos Estados Unidos mantém as determinações das políticas econômicas ortodoxas. Também falseiam as relações entre o BM e os países periféricos, apresentando-o com uma aparente face humana, sob a qual escondem a impossibilidade de resolver os problemas por ele anunciados. Entre as propostas de mudanças de Wolfensohn encontram-se a pretensão de transformar o Banco em *Banco do Conhecimento*, apresentando projetos para alívio à pobreza, reforma da educação, combate à corrupção e a luta contra a AIDS.

Segundo Kruppa (2000, p. 227), o BM, ao reestruturar-se, “tem como estratégia formar com os dirigentes dos países pobres um determinado pensamento”. Desta forma, a *Agência* monta uma nova arquitetura de atuação, baseada em três elementos metodológicos: 1. a passagem do investimento em estruturas físicas para o investimento em estruturas internas aos processos de desenvolvimento, como políticas e programas, via “Empréstimos Programados e Adaptáveis”- APL e de “Empréstimos de Aprendizagem e Inovação”- LIL; 2. a atuação de forma regional/local e mundial, articulada em rede; 3. a visão holística, que articula em rede os órgãos de formulação de políticas e de avaliação. O estudo de Kruppa (2000), mesmo que assinala a atuação holística da *Agência*, procede com mais eficácia na análise do item correspondente aos empréstimos, pelos quais reconhece as estruturas de produção de consenso.

Do nosso ponto de vista, a atuação do Banco está fundamentada na capacidade de organizar a formação para o consenso, como agência do “convencimento”, sem por isso suprimir o valor prático de

condicionamento dos empréstimos. Wolfensohn é, sem dúvida, o personagem articulador dessa nova estratégia que une ações programáticas com a disseminação de ideologia pelo Banco Mundial.

3. Pobreza e instabilidade: a formação do consenso via pacotes sociais

O Banco Mundial fortalece a produção ideológica na medida em que reforça o caráter da pobreza como algo estranho às relações históricas de domínio entre países centrais e periféricos.

Em 1999, o presidente Wolfensohn apresentou, aos gerentes e funcionários da instituição, a nova estrutura organizacional do Banco Mundial, em Washington, pelo *Plano Estrutural de Desenvolvimento Global*, conhecido como *Quadro Geral para o Desenvolvimento*. Não é possível, segundo ele, operar o desenvolvimento somente nas dimensões macroeconômicas, sem considerar as dimensões sociais e humanas: “os governos são responsáveis pela preparação geral de uma revisão abrangente de todos os elementos necessários para o crescimento e para o alívio à pobreza” (WOLFENSOHN, 1999, p.1). Especialmente nos países periféricos, em que os riscos dos investimentos podem causar desordens irreversíveis, é fundamental o tratamento articulado do desenvolvimento econômico com o alívio à pobreza.

Parte da estratégia humana e social deve ser realizada pela educação, cujas funções de desenvolver e difundir consenso lhe são atribuídas. No conceito de *democracia* do Banco Mundial observamos tais atribuições na medida em que a educação superior é vinculada à propagação de valores democráticos, supostamente embasados na revolução do conhecimento:

A democracia, por exemplo, se tem difundido pelo mundo ao mesmo tempo em que a revolução do conhecimento cobra maior velocidade. A democracia está baseada em preceitos claramente estabelecidos e amplamente praticados de virtude cívica, como também no conhecimento, que permite a participação do conjunto da comunidade na condução da sociedade. Valores que podem ser analisados e propagados nas instituições de educação superior mais eficazmente do que tem sido até agora, na sociedade em geral (2000a, p. 23).

O discurso sobre a democracia é um importante componente da coesão social, sobretudo quando aliado à idéia de aquisição do conhecimento. Democracia e conhecimento passam, então, à posição central da formação para o consenso, diante do risco de destabilização e convulsões resultante da pobreza.

A pobreza, configurada como um quadro trágico, é destacada por James Wolfensohn (1997, p. 5), quando diz: “devemos reconhecer que vivemos com uma bomba-relógio e que, se não adotarmos medidas agora, poderá explodir nas mãos de nossos filhos”. Seu discurso quer mostrar aos países centrais que desconsiderar esse problema significa comprometer o futuro das próximas gerações. Isso porque a população mundial aumenta a cada ano e os riscos de desagregação social é iminente.

Wolfensohn (1997) entende o combate à pobreza como uma questão de combinação entre o mercado e o social, faces de uma mesma moeda, e que o crescimento é importante para a redução da

pobreza, mas não é suficiente. Emerge, então, a agenda fragmentária do Banco no campo social, no qual o conhecimento seria a infra-estrutura para o combate às desigualdades, estas produzidas pelas diferenças nos campos étnico, racial, social e de gênero:

[...] se quisermos combater a desigualdade, devemos ajudar os pobres a acumular ativos, inclusive educação, saúde e terras. Devemos levar infra-estrutura e conhecimento às áreas pobres, rurais e urbanas. Devemos combater as desigualdades arraigadas, superando divisões baseadas em gênero, etnia, raça ou condição social. Devemos proteger os pobres contra perdas de colheitas e desastres naturais, crime e conflito, doença e desemprego (WOLFENSOHN, 1997, p. 5).

Wolfensohn (2000, p. 1), no discurso *Construindo um mundo equitativo*, faz uma chamada decisiva sobre a segurança e a pobreza: “a luta contra a pobreza é a luta pela paz e a segurança mundial”. Em discurso na cidade de Washington, em 2002, enfatiza também a necessidade de diminuir a pobreza como condição para melhorar a segurança mundial. A violência é atacada como resultante da pobreza.

Em 2003, na *Conferência Internacional sobre Estratégias para a Redução da Pobreza*, Wolfensohn (2003) explicita o medo das classes dominantes em reconhecer que a paz mundial está em risco. Caracteriza essa frente como uma força estratégica fundamental para os países desenvolvidos. Reduzir a pobreza não é só um imperativo moral, mas também econômico e social. O aumento do número de pobres é sempre citado como um dos quadros de desequilíbrio global, no sentido de ameaça aos países ricos, pois, segundo o autor, “nos próximos 25 anos, 50 milhões serão acrescentados à população dos países ricos. Cerca de um e meio bilhão serão acrescentados aos países de baixa renda [...] Um número crescente deixará seu país natal em busca de trabalho. A migração se tornará uma questão crítica” (WOLFENSOHN, 2003, p. 3).

Porém, a tensão expressa nos discursos do presidente encontraria sua solução no âmbito dos acordos estabelecidos entre os países ricos para o protagonismo do alívio à pobreza mundial. Conforme o autor (2003, p. 4), “há três anos, os líderes mundiais reuniram-se na cúpula do milênio para avaliar o futuro. Comprometeram-se em reduzir a pobreza até 2015”. Os compromissos, do lado dos países ricos, articularam-se em um pacote com indicações de ajuda para saúde, educação, meio ambiente. Do lado dos países periféricos, traduziram-se em compromissos políticos, que originaram a agenda neoliberal da década de 1990. De acordo com as palavras do mesmo:

os países em desenvolvimento se comprometeram em fortalecer a governança; criar um clima positivo de investimento; construir sistemas jurídicos e financeiros transparentes; e combater a corrupção. Os países desenvolvidos concordaram em esforços, aumentando o reforço institucional, prestando mais assistência e abrindo seus mercados ao comércio (WOLFENSOHN, 2003, p. 4).

Portanto, a questão da *democracia* é abordada via estratégia de flexibilização comercial e do alívio à pobreza, via pacotes nos campos da saúde, educação. Wolfensohn (2003) usa, também, a expressão “cooperação”, cujo peso simbólico remete às relações democráticas. Na verdade, tem o sentido de um duplo condicionamento: o primeiro, de fazer os países periféricos e semiperiféricos buscarem mais financiamentos, como alternativa orçamentária, o que implica em vínculo político e econômico, não em

condições de igualdade, mas numa condição de subalternidade; e, o segundo, refere-se às reformas sugeridas nos acordos, agilizadas na medida em que se efetivam as promessas de empréstimos.

Concluindo, compreendemos que a questão da pobreza está inserida em um campo discursivo de produção de consenso, uma vez que as demandas econômicas dos países centrais poderiam ser mediadas por projetos direcionados a essa problemática. Da mesma forma, a educação é orientada nessa perspectiva, como veremos a seguir.

4. Reformas na educação para a cultura liberal

Como parte da estratégia de consenso, insere-se a educação superior, cumprindo um papel fundamental no tocante à produção de uma cultura democrática, de cidadania, de respeito aos valores culturais, religiosos, de raça e de cor, fortalecendo a sociedade civil e a meritocracia. É definida como espaço privilegiado da liberdade, podendo contribuir eficazmente com a tarefa da investigação e interpretação das questões éticas, morais, políticas, e com a cidadania, aos moldes da democracia liberal⁷.

A tese do BM é a de que o desenvolvimento dos valores democráticos está vinculado às necessárias reformas na educação superior. A reforma, por sua vez, dependeria do conjunto de parcerias que viriam a se somar aos processos de aproximação entre democracia, ciência, tecnologia e conhecimentos. Segundo o próprio Banco Mundial (2003b, p. 113) :

por meio de alianças eficazes com outras instituições multilaterais, governos nacionais, ONG's e o setor privado, o Banco Mundial aspira aplicar seus financiamentos e ampliação da base de conhecimento, em um empenho cada vez maior, nos setores da educação terciária⁸.

Os projetos de alívio à pobreza, aplicados ao longo da década de 1990 aos dias atuais, compõem também a macro-estratégia de segurança dos países centrais. Incluem-se nesses projetos a educação como componente central de operação, nas contradições da exclusão. Ao contribuir com a coesão social, respeito às diferenças étnicas, de religião e de classe, a educação estaria construindo uma nação melhor e mais equitativa. Trata-se da receita sustentável de Wolfensohn, propondo a união de políticas sociais e de mercado.

No desenrolar do discurso sobre o *Quadro Geral* (WOLFENSOHN, 1999), constatamos a articulação da tese do conhecimento com a dimensão da educação, no requisito formação humana. A argumentação direciona-se no sentido de mostrar como a educação e o conhecimento são elementos essenciais para o capital humano, tendo na transferência de conhecimento um alto negócio para os países clientes. Com isso a escola primária precisa ser universalizada, o ensino secundário e superior organizados na forma de sistemas abertos e competitivos. Há a apresentação de um programa de como deve ser orientada a educação, e as novas tecnologias, no mercado. A receita é proposta aos países periféricos para que se tornem países industrializados. Eis a receita:

construir escolas, elaborar currículos modernos, orientados para a nova era tecnológica e para as necessidades reais do mercado local emergente, proporcionar efetiva formação e supervisão de professores. Tudo isso contribui para o êxito dos programas educacionais. A educação de adultos, a alfabetização e o aprendizado ao longo da vida deve combinar-se com o reconhecimento fundamental de que educar mulheres e meninas tem posição central no processo de desenvolvimento (WOLFENSOHN, 1999, p. 5).

Quanto aos métodos pedagógicos e processos de aprendizagem em uso, o BM (2003a) assume as críticas dos documentos anteriores (2000 e 1995), considerando-os tradicionais, porque estão centrados na memorização. Propõe a superação destes por métodos que dêem ênfase aos processos de construção do conhecimento, ou seja, que estejam voltados para a aplicação do conhecimento a problemas do cotidiano, devendo contar com a participação ativa dos alunos, para que estes possam ser promovidos pela educação ao longo da vida. Para o Banco Mundial (2003a, p. 34-35), a educação ao longo da vida deve ser compreendida na perspectiva dessas novas exigências de aprendizagem.

Hoje o processo de aprendizagem tem que se fundamentar cada vez mais na capacidade de busca e acesso ao conhecimento e em sua aplicação e solução de problemas. Aprender a aprender, aprender a transformar a informação em novo conhecimento e aprender a traduzir o novo conhecimento em aplicações, são habilidades mais importantes que a memorização.

As tecnologias da informação são um grande auxílio para fortalecer este método. Os investimentos também são mais baixos e o custo por aluno é reduzido em até um terço (1/3), como é o caso do custo dos alunos egressos da Universidade Aberta da Inglaterra⁹.

Outro impacto incide sobre a figura do professor, visto como pertencendo a uma profissão em mudança. Segundo o Banco Mundial (2003a), à medida que o modo *on-line* é mais flexível, é possível que a profissão não precise existir nos moldes estabelecidos até então e, talvez de uma forma mais radical as instituições possam contratar professores, independentes de qualquer universidade, para implementar cursos de acordo com as necessidades.

“Isto significa que estamos no fim das universidades tradicionais?” A compreensão do Banco é que a transformação radical do tempo e do espaço colocaram em xeque a hegemonia da universidade vigente. As universidades tradicionais não perdem o seu valor, porque a pesquisa e a investigação continuam sendo seu centro, no entanto, elas sofrem cada vez mais as pressões das tecnologias de informação e das demandas pragmáticas. A diferenciação institucional forja um novo modelo de universidade, “incluindo o surgimento de uma grande quantidade de alianças, nexos e associações, não somente no sentido de instituições terciárias, mas entre uma e outra instituição e incluindo mais além do setor da educação terciária” (BANCO MUNDIAL, 2003a, p. 48)¹⁰.

A indicação do documento suscita algumas questões. A primeira direciona-se aos processos de aprendizagem, os quais devem voltar-se para elementos do cotidiano e para a resolução de problemas concretos, por meio das metodologias do *aprender a aprender* e do enfoque na aprendizagem continuada,

ao longo da vida, o que nos remete às reflexões de Duarte (2001). O método do aprender a aprender, como característica das pedagogias da competência, aproxima-se das ilusões produzidas pela “sociedade do conhecimento” e da defesa de seus pontos de vista. Nesta dimensão, encontra-se a superioridade daquilo que o indivíduo aprende por si, sendo o método de construção de conhecimento considerado mais importante do que o conhecimento socialmente produzido.

Como segunda observação: a atividade do aluno é educativa quando se pauta em suas necessidades e interesses, passando a ser delegada ao campo educacional a função de prepará-lo para um mundo em constante mudança. Tal pedagogia está voltada à preparação dos indivíduos para a sociedade na qual se aprende por conta própria, para a convivência pacífica com as condições vigentes, por meio do desenvolvimento de suas capacidades adaptativas.

A nova estrutura institucional pensada pelo BM para o ensino superior detém-se na perspectiva do mercado. Disso resulta a necessidade da flexibilização e da diversificação institucional, de parcerias e vínculos estreitos com os negócios. A sobrevivência da educação, conforme assinalado no documento, atrela o conhecimento ao movimento de adaptação aos negócios, uma vez que este é uma *commodity*.

A universidade é considerada tradicional quando trabalha com teorias tomadas como desnecessárias para o mundo dos negócios e que, por isso, devem ser abandonadas. O ilustrado, como diz o BM, só é importante na medida em que soma na compreensão da cultura local, ou seja, enquanto contribui com o processo de coesão social, pela via cultural¹¹.

A discussão sobre a formação humanística retorna no documento do Banco Mundial (2000a), em virtude das críticas ao documento de 1995, que simplesmente negligenciava tal dimensão formativa. O capítulo VI inicia com a frase de Alvin Tofler falando que os iletrados do futuro não serão os que não sabem escrever ou ler, mas os que não *aprenderam a aprender, desaprender e reaprender*. Este capítulo versa sobre a necessidade da educação humanística, enfocando a preparação do indivíduo para tempos flexíveis, no qual a área das humanidades tem seu papel a cumprir, qual seja, a educação geral constituiria um excelente meio de preparação para carreiras flexíveis, baseadas nos conhecimentos que dominam cada vez mais os extratos superiores da força de trabalho moderna.

Para o BM (2003a), a educação humana e social não é um privilégio dos países centrais, ela poderá contribuir na formação da demanda feminina, prejudicada com o enfoque maciço na formação masculina, fortalecendo a compreensão dos valores éticos e sociais, como a tolerância. O documento não usa meias palavras, indicando a educação humanística para poucos, ou seja, para os mais inteligentes e especialmente preparados para o processo da direção. Apesar de o mercado não ter interesse nela, é fundamental que seja mantida, em razão de sua colaboração para a igualdade de acesso e pelos resultados na formação humana, importantes à formação de uma elite que mantenha domínio sobre as questões culturais e de valores.

Tal discussão remete ao debate empreendido por Chauí (2001), quanto à relação entre a formação humanística e as mudanças metodológicas e pedagógicas, no texto *O mal-estar na universidade: o caso das humanidades*. A autora afirma que há uma mudança no papel da universidade, em particular das ciências sociais e humanas, diante do impacto dos câmbios tecnológicos no modo de produção capitalista contemporâneo. A universidade entra em crise no campo da investigação frente as mudanças metodológicas e técnicas, da interdisciplinaridade, do desaparecimento de campos de pesquisa e do surgimento de novos. Desenvolve tendencialmente a formação de pesquisadores que dissociam os campos do ensino e da pesquisa, a fragmentação da pesquisa, o investimento em campos de retorno rápido e prático, com prejuízos às questões de base aliado a suposição metodológica de que pesquisa se faz fazendo. Estas são algumas questões presentes na formação universitária atual. A formação técnica e profissionalizante enfatizada nas orientações do BM expressa forte tendência de penalização das áreas humanas na formação superior. Confirmada, também, pela ampliação dos índices de formação em campos técnicos, via *Master of Business Administration* - MBA. Portanto, no campo propriamente pedagógico, o discurso do BM pressupõe o método do *aprender a aprender*, como referência para a pesquisa do cotidiano e, a formação humanística e profissional para fortalecer a coesão social.

Em seu aspecto estratégico a educação é compreendida como campo de alívio à pobreza: “a contribuição da educação superior para os recursos humanos é muito ampla. As universidades, neste subsetor, podem influir de maneira importante no crescimento econômico de um país” (BM, 1995, p. 17). À universidade é reservado o papel formador do respeito às pluralidades, contribuir na formação do consenso sobre os novos interesses econômicos, adaptar-se às novas exigências tecnológicas e promover a produção e divulgação dos conhecimentos.

A tarefa da universidade está para a formação dos novos profissionais a serem lançados no mercado: engenheiros, gerentes científicos e técnicos e, sobretudo, na formação humana para a adaptabilidade.

5. Item conclusivo

Como dizíamos no início deste artigo, a mudança de discurso do Banco Mundial, quando James Wolfensohn assumiu a presidência, reforçou a continuidade das condições e posicionamentos dos países centrais de acordo com sua importância econômica, política e militar, em âmbito mundial. A metamorfose da *Agência* cumpre exatamente o papel da construção de consensos. O fato de pronunciar discursos e apresentar projetos relacionados à pobreza não significa que tenha tornado a *Agência* mais humana. A rigor, a grande contribuição de Wolfensohn incidiu sobre a estrutura de comunicação e a descentralização da *Agência*, renovação das tecnologias organizacionais, mostrando a capacidade de adaptação desta em lidar com novos campos de produção de consentimentos. Teve grande eficácia no tocante a penetração nos países periféricos pela descentralização das operações de projeto e pela natureza dos projetos, agora

com perfil humanístico. Embora a parceria, do ponto de vista financeiro seja limitada, a operacionalização permite à *Agência* construir uma imagem democrática e tolerante de si ¹².

Sobre a atuação do BM em relação à pobreza, Leher (1998) explicita a idéia de como a *Agência* fez a passagem da ideologia do desenvolvimento para a da globalização. O autor não concorda com a idéia de que o BM estabeleça dominação apenas por intermédio dos empréstimos econômicos, tese com a qual estamos de acordo. Desenvolve, em suas análises, a perspectiva política, centrada nos EUA, de que são produzidas condicionalidades, via BM e agências co-irmãs, com base em processos de coerção, mediante guerras e intervenções políticas. O alívio à pobreza e a globalização são reconhecidos pelo autor como ideologias produzidas pelo Departamento de Estado norte-americano para resolver as crises do capitalismo, no pós-II Guerra Mundial, embora, já na primeira guerra houvesse a idéia da incorporação dos pobres, mas pelo desenvolvimento. Essa ideologia tem o seu esgotamento na década de 1980, sendo substituída pela ideologia do *alívio* à pobreza. Ou seja, na década de 1990, quando os países industrializados perceberam a incapacidade de absorver os excluídos no sistema, criam uma nova estratégia de segurança inserida nos projetos pontuais para os países periféricos. Esta questão é recorrente nos documentos do BM e nos discursos de James Wolfensohn e, também, confirma a nossa tese de que os mecanismos de produção de consenso da *Agência* não se aplicam apenas por meio das condicionalidades, como também afirma Leher, pois remeteriam somente à idéia de coerção, mas por meio da elaboração de estratégias de “convencimento”, que produzem o consenso.

O objetivo deste artigo foi introduzir a discussão sobre a formação humana presente nos discursos e documentos de Agentes e Agências oficiais do BM, tema que suscita debates e questões permanentes. Neste momento, arriscando uma síntese, podemos concluir que: a educação e a universidade, em termos de estratégia global, são planejadas aos moldes liberais, abertas às pedagogias aplicadas em função de práticas de mercado e de perspectivas pragmáticas e utilitárias. Sendo assim, podemos caracterizar o Banco Mundial como *Agência* de formação humana para o consenso, lançando mão de projetos sociais articulados em redes entre países centrais e periféricos. A formação proposta é para a adaptação, controle e consenso social, aspectos-chave para a sobrevivência da democracia liberal.

Notas

1. O G8 foi criado em meados da década de 1970 com seis países: França, EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Itália. Em 1976 se junta o Canadá, em 1994 a Rússia se aproxima do grupo e é assumida como membro em 1998. O objetivo é fazer política diplomática para garantir os interesses monetários, políticos (segurança e terrorismo). Esse grupo, que se caracteriza como uma espécie “clubes de amigos” tem sido objeto de críticas de parte da sociedade civil pelo elitismo diplomático de cúpula sem dar respostas às questões sociais emergentes no mundo. Os Fóruns de Porto Alegre (1999-2004) e as manifestações antiglobalização, a criação do “G6B” (Grupo dos seis bilhões representando os habitantes do planeta, criado em 2002 em Calgary no Canadá) são alguns dos movimentos mundiais que procuram fazer resistência e pensar saídas diante do quadro global.

2. Entre os vários autores da literatura brasileira que analisam essa mudança encontram-se: Kruppa (2000), Leher (1998), Siqueira (2001a, 2001b, 2003, 2004), Silva Jr. e Sguissardi (2001), Sguissardi (2002, 2004a, 2004b).

3. Com a criação de um portal do BM na WEB, em 1996, abriu-se um dos maiores centros de dados sobre a atuação da instituição e de instituições co-irmãs. O site do BM pode ser acessado em várias línguas e contém todas as informações sobre os projetos já realizados e sobre aqueles em processo. Em português, pode ser encontrado na página <www.obancomundial.org/banco/> em inglês <www.worldbank.org/bank> Apresenta divisões por setores, por áreas de atendimento, por países e por continentes.
4. Apesar da semelhança do nome, não se trata do próprio BM, mas de um grupo que veicula artigos que analisam as políticas do BM. Disponível no site: <www.observatoriodadeuda.org>.
5. O Encontro de Santiago em março de 1997, no Chile, conhecido como “Consenso de Santiago” se propunha a fazer o contraponto ao “Consenso de Washington” na elaboração de propostas menos ortodoxas para a ordem mundial. Contou com a participação de 39 países. A declaração deste encontro firma o acordo de redobrar esforços de uma pauta em torno de temas como AIDS, direitos sexuais e equidade de gênero. Wolfensohn vê aí aliados em favor de uma política econômica menos ortodoxa. Porém, as condições reais da política externa do FMI não coadunavam com esta proposta. Os efeitos do encontro foram frustrados, pois a direção econômica internacional continuou sendo operada por economistas conservadores.
6. O Banco toma cuidado para criar um clima de envolvimento dos parceiros nas suas decisões, buscando estratégias de consenso. A advertência de que as reformas da educação, por exemplo, devem ser fruto de acordos entre governos, estudantes, indústrias e futuros estudantes, está alinhavada desde o documento *La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia*, de 1995. O projeto deve desenhar-se dentro das condições políticas, históricas, culturais e sociais de cada país. Convenciona-se a construção de uma visão comum, capaz de gerar um guia de referências para a reforma, gerir e organizar o sistema de acordo com os interesses da sociedade, o que objetivamente é falso consenso, porque as decisões fundamentais sobre quais projetos e para quem serão direcionadas, estão definidas nas linhas estratégicas do Banco, e em acordo com as políticas dos países centrais.
7. O BM utiliza o termo terciário para se referir ao conjunto de formação pós-secundária, portanto não diz respeito necessariamente à educação universitária (Cf. SHIROMA, 2000).
8. Também a experiência da junção da base de dados das bibliotecas tradicionais, em *CD room*, realizada por 64 universidades do Canadá, demonstraram economia de espaço e abertura ao acesso, evitando o modo de impressão tradicional. A infraestrutura para montar as universidades, com o apoio das ferramentas da informação, é bem mais racionalizada do que a montagem de uma universidade tradicional.
9. Importante frisar que a alternativa do BM não é do enfrentamento direto com as universidades consideradas tradicionais, mas reformá-las, pela via da diferenciação institucional. As universidades corporativas e à distância tomam espaços do mercado educacional e forçam as demais a terem que se posicionar, uma vez que todas, mesmo as públicas, na década de 1990, forem incorporadas aos controles de qualidade, pelas avaliações institucionais. O processo de hierarquização, proveniente das avaliações, deverá caracterizar a capacidade das universidades de receberem investimentos do Estado.
10. As produções que versam sobre os temas culturais são polêmicas e polissêmicas. Elas emergem entre as décadas de 1980 e 1990, nos EUA, e tomam corpo na literatura mundial, numa espécie de *Artimanha da razão imperialista*, como define Bourdieu (1998). Compreendemos cultura no sentido de filosofia de um tempo determinado, onde as relações de poder não se reduzem ao indivíduo e ao local, mas pressupõe processos coletivos que os identificam. Entre outras abordagens sobre o tema, Cf. Jameson e Zizek (1998), Ahmad (2002).
11. Basta uma rápida olhada no site do BM para verificarmos o conjunto de projetos espalhados por todos os continentes. A variedade de ações locais de penetração microsocialem tem um impacto positivo no ideário dos governos subalternos, promovendo o que Gramsci compreende como a ligação orgânica da “vontade coletiva” com os homens simples. Eis um aspecto “chave” para a formação da hegemonia.

6. Referências

AHMAD, Aijaz. **Linhagens do presente**: ensaios. São Paulo: Boitempo, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades del conocimiento**: nuevos retos para la educación terciária. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003a. Disponível em: <www.obancomundial.org.ar/>.

_____. **Agenda de desenvolvimento social para o século XXI**. Washington, D.C., 2003b. Disponível em: <www.obancomundial.org.ar/>. Acessado em: 6 maio 2004.

_____. **Educación superior en los países en desarrollo**: peligro y promesas. Washington DC.: Grupo de Trabajo conjunto Banco Mundial-UNESCO sobre educación superior y sociedad, 2000a. Disponível em: <www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>. Acessado em: 2 out. 2003.

_____. **Effetive implementation**: Key to development impact: Report of de Word Bank’s porfolio management task force 1992 (Relatório Wapenhams). Disponível em: <www.wordbank.org/html/extme/espeech.htm>. Acessado em: 3 dez. 2003.

_____. **Informe de desarrollo mundial.** Washington, D. C.: Banco Mundial, 2000b. Disponível em: <www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>. Acessado em: 3 mar. 2004.

_____. **La enseñanza superior:** lecciones derivadas de la experiencia. Washington D. C.: Políticas Sociales y Educativas, 1995. Disponível em: <www.obancomundial.org.br>. Acessado em: 23 out. 2003.

_____. **Proyecto libertad económica:** informe de la Comisión de Asesoramiento para las instituciones financieras internacionales, 2000c (Relatório Allan Meltzer): informe interno do Banco Mundial. Disponível em: <www.debwatch.org/cast/docs/observatoris/ifis/1_6_informe_meltzer.pdf>. Acessado em: 15 jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Bourdieu, escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPODÓNICO, Humberto. **Los economistas e el poder en el Banco Mundial.** Disponível em: <www.revistadelsur.br>, atualização, dez. 2000. Acessado em: 15 mar. 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DELORS, Jacques. **Educação, um tesouro a descobrir.** Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DUARTE, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento. Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento. XXIV Reunião Anual da ANPED, Caxambu – MG, **Anais.** 8 a 11 out. 2001.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90:** uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Introdução ao estudo da filosofia.** A filosofia de Benedetto Croce. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Os intelectuais.** O Princípio Educativo. Jornalismo. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPO DEL BANCO MUNDIAL. **Objetivos e actuaciones.** Disponível em: <www.observatoriodadeuda.org> 2001, Acessado em 22 mar. 2004.

INSTITUTO BANCO MUNDIAL. **El precio de la corrupción.** Informe de 10 jun. 2004. Disponível em: <www.obancomundial.org.ar/>.Acessado em: 5 set. 2004.

JAMESON, Fredric, ZIZEK, Slavoj. **Estudios Culturales.** Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: PAIDÓS, 1998.

KRUPPA, Sônia Maria Portela. O Banco Mundial e as Políticas de Educação nos anos 90. 382f. **Tese de doutorado.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2000.

LEHER, Roberto. Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do banco mundial como ‘alívio’ da pobreza. 267f. **Tese de doutorado.** Faculdade de educação e São Paulo: FAGED, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro 1, Vol II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.
- _____. **Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000b.
- SACHS, Jeffrey. **Depois de Gênova**. 27 maio 2001. Disponível em: <brasilnews.com.br/News3.php>. Acessado em: 23 nov. 2005.
- SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas. **Revista diálogo educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, set./dez. 2002. p. 121-44.
- _____. et al.(orgs). Universidade Reforma e/ou rendição ao mercado? **Educação & Sociedade**. n. 88 v. 25, Especial 2004b.
- _____. **O Banco Mundial e a Educação Superior: revisando teses e posições?** Disponível em: <www.ANPED.org.br/23/textos/1111t.PDF>. Acessado em: 17 maio 2004a.
- SHIROMA, Oto, Eneida. A política da Diversidade no ensino superior. In: **Revista Avaliação**, ano 5, vol. 5, n. 4 (18)-dez. 2000, p. 13-19.
- SILVA, João dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez, Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.
- SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula**. 2003. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mcmarlene@uol.com.br> em 3 maio 2004.
- _____. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. In: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados, n. 26, maio/ago. de 2004.
- _____. O novo discurso do Banco Mundial e seu mais recente documento de política educacional. In: XXIV Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2001a.
- _____. Organismos internacionais: educação em uma política de integração soberana. Texto apresentado no Fórum de Educação; **Sessão Debate Especial**: “Organismos internacionais, tratados de livre comércio e reformas educacionais: a educação em uma política de integração soberana”, Porto Alegre, RS, Brasil, 24 a 27 out. 2001b.
- WOLFENSOHN, James. **O desafio da inclusão**. Discurso para junta de governadores. Hong Kong, 23 set. 1997. Disponível em: <www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm> Acessado em: 24 fev. 2004.
- _____. Estrategia de principios basicos contra la corrupción. **Revista Perspectivas Econômicas**, México, nov. 1998. Disponível em: <www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>. Acessado em: 17 dez. 2004.
- _____. **Proposta do quadro geral para o desenvolvimento**. Discurso para os gerentes do Banco Mundial. Washington, 1999. Disponível em: < www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>. Acessado em: 24 fev. 2004.
- _____. **Construindo um mundo equitativo**. Discurso para a junta de governadores. Praga, 2000. Disponível em: < www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm >. Acessado em: 24 fev. 2004.

_____. **O desafio da globalização** (A função do Banco Mundial). Discurso para a junta de governadores, Berlin, 02 abr. 2001. Disponível em: <www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>. Acessado em: 24 fev. 2004.

_____. **Diminuição da pobreza e aumento da seguridade mundial**. Discurso para junta de governadores, Washington, 2002. Disponível em: <www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>. Acessado em: 24 fev. 2004.

_____. **Um novo equilíbrio global, o desafio da liderança**. Discurso para a junta de governadores, Dubai, 2003. Disponível em: <www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>. Acessado em: 24 fev. 2004.